

UE - AI Act

Grupo 3:

Leila Takahashi Hadba

Maria Eduarda Rodrigues Uribe

Mateus Y. Pamplona Lamonica Bovino

Tamiris Diniz

Programa

Tópico 1: Introdução - Livro Branco sobre a IA

Tópico 2: AI Act - resumo da proposta, trâmite legislativo e abordagem de risco

Tópico 3: AI Act - Aprofundamento

Tópico 4: Estratégia Europeia + Crítica

Livro Branco Sobre a IA

Comissão Europeia

Livro Branco sobre a IA

Uma abordagem europeia virada para a excelência e a confiança

Objetivos:

Promover a adoção da IA e discutir os riscos associados ao seu uso na União Europeia.

Apontamentos introdutórios:

1. Confiabilidade nos sistemas de IA europeia;
2. Liderança mundial na inovação na economia dos dados;
3. valores e direitos fundamentais na IA europeia;
4. "Ecossistema de excelência" e "ecossistema de confiança".

Ecosistema de excelência

**PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO E A UTILIZAÇÃO DA IA
EM TODA A ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UE**

1. Trabalhar com os Estados-membros;
2. Centrar os esforços da comunidade de investigação e inovação;
3. Competências;
4. Dar relevo às PME;
5. Parceria com o setor privado;
6. Incentivar o setor público a adotar a IA;
7. Garantir o acesso aos dados e às infraestruturas de computação;
8. Aspectos internacionais.

Definição do problema

1. Riscos para os direitos fundamentais, incluindo a proteção da privacidade e dos dados pessoais e a não discriminação;
2. Riscos para a segurança e o funcionamento eficaz do regime de responsabilidade .

Âmbito de aplicação

1. Ajustes à legislação já existente X Nova legislação específica;
2. Definição flexível da IA e clarificação de seus componentes;
3. Regras específicas para determinados setores;
4. Abordagem baseada no risco;
5. Determinação do alto risco;
6. Avaliação prévia de conformidade;
7. Rotulagem voluntária para IA de baixo risco.



BRIEFING EU

Legislation in Progress, Artificial intelligence act

European Union

Propósito, definições e Escopo

- **Objetivo Geral:** Garantir o funcionamento adequado do mercado único, desenvolvendo e utilizando sistemas de IA confiáveis na União.
- **Framework Jurídico:** Estabelece um quadro legal harmonizado para o desenvolvimento, introdução no mercado e uso de produtos e serviços de IA.
- **Objetivos Específicos:**
 - Garantir sistemas de IA seguros e em conformidade com a lei da UE.
 - Proporcionar certeza jurídica para facilitar investimento e inovação.
 - Melhorar a governança e efetiva aplicação da lei da UE sobre direitos fundamentais e segurança em sistemas de IA.
 - Facilitar o desenvolvimento de um mercado único para aplicações de IA confiáveis, seguras e legais.
- **Abordagem de Risco:** Baseia-se em uma definição tecnologicamente neutra de sistemas de IA e adota uma perspectiva baseada em risco, determinando diferentes requisitos para o desenvolvimento e uso de sistemas de IA na UE.
- **Requisitos Mandatórios:** Define obrigações aplicáveis ao design e desenvolvimento antes de serem introduzidos no mercado e harmoniza controles pós-lançamento.
- **Abrangência:**
 - Aplica-se principalmente a fornecedores de sistemas de IA na UE ou em um terceiro país que introduzem sistemas de IA no mercado da UE.
 - Para evitar a evasão da regulamentação, aplica-se a provedores e usuários de sistemas de IA em países terceiros, caso o output desses sistemas seja usado na UE.
- **Exceções:** Não se aplica a sistemas de IA para fins militares exclusivos, autoridades públicas em um terceiro país, organizações internacionais ou uso em acordos internacionais para cooperação judiciária e aplicação da lei.

Propósito, Definições e Escopo

- Objetivo Geral: Garantir o funcionamento adequado do mercado único, desenvolvendo e utilizando sistemas de IA confiáveis na União.
- Framework Jurídico: Estabelece um quadro legal harmonizado para o desenvolvimento, introdução no mercado e uso de produtos e serviços de IA.
- Objetivos Específicos:
 - Garantir sistemas de IA seguros e em conformidade com a lei da UE.
 - Proporcionar certeza jurídica para facilitar investimento e inovação.
 - Melhorar a governança e efetiva aplicação da lei da UE sobre direitos fundamentais e segurança em sistemas de IA.
 - Facilitar o desenvolvimento de um mercado único para aplicações de IA confiáveis, seguras e legais.
- Abordagem de Risco: Baseia-se em uma definição tecnologicamente neutra de sistemas de IA e adota uma perspectiva baseada em risco, determinando diferentes requisitos para o desenvolvimento e uso de sistemas de IA na UE.
- Requisitos Mandatórios: Define obrigações aplicáveis ao design e desenvolvimento antes de serem introduzidos no mercado e harmoniza controles pós-lançamento.
- Abrangência:
 - Aplica-se principalmente a fornecedores de sistemas de IA na UE ou em um terceiro país que introduzem sistemas de IA no mercado da UE.
 - Para evitar a evasão da regulamentação, aplica-se a provedores e usuários de sistemas de IA em países terceiros, caso o output desses sistemas seja usado na UE.
- Exceções: Não se aplica a sistemas de IA para fins militares exclusivos, autoridades públicas em um terceiro país, organizações internacionais ou uso em acordos internacionais para cooperação judiciária e aplicação da lei.

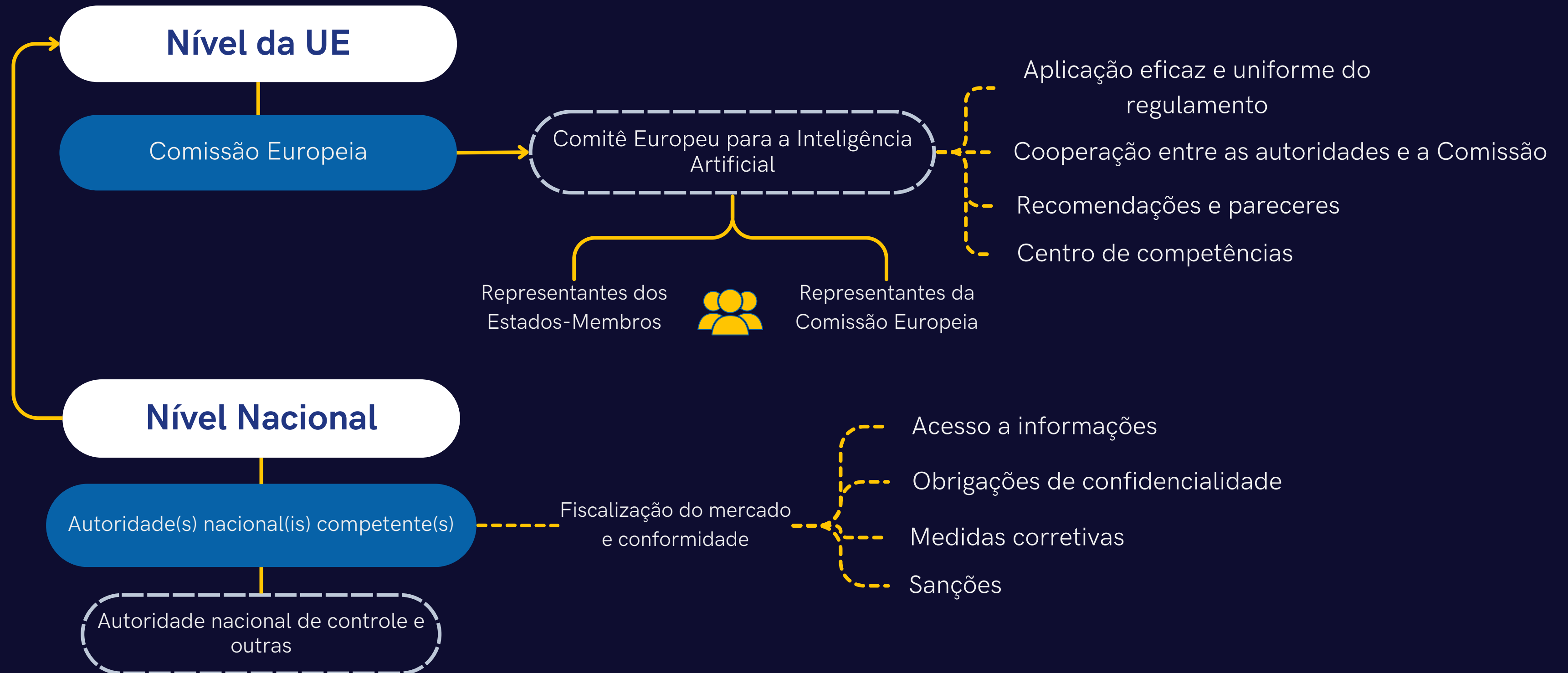
Definições Legais

- Definição Universal: Não existe uma única definição de IA aceita pela comunidade científica. O termo "IA" é amplamente usado para várias aplicações de computador relacionadas à inteligência humana.
- Grupo de Especialistas: Propôs uma definição base que é frequentemente usada na literatura científica.
- Definição da Comissão: Visa uma definição clara de "sistema de IA" para alocar responsabilidades legais sob o novo framework.
- Artigo 3(1): Um "sistema de inteligência artificial" é um software desenvolvido com técnicas e abordagens especificadas, capaz de gerar saídas, como conteúdo, previsões, recomendações ou decisões, influenciando os ambientes com os quais interage.
 - Outras Definições (Artigo 3): Inclui "fornecedor" e "usuário" de sistemas de IA, "importador" e "distribuidor", "reconhecimento emocional" e "categorização biométrica".
- Anexo 1: Lista de técnicas e abordagens atuais para desenvolver IA, incluindo "machine learning", sistemas "lógicos e baseados em conhecimento" e abordagens "estatísticas".
 - Legislação Futura: Visa cobrir desenvolvimentos tecnológicos atuais e futuros. A Comissão pode complementar a lista do Anexo 1 com novas abordagens emergentes.
- Amplitude da Definição: Abrange sistemas de IA independentes ou como componente de um produto.

Definições Legais

- Definição Universal: Não existe uma única definição de IA aceita pela comunidade científica. O termo "IA" é amplamente usado para várias aplicações de computador relacionadas à inteligência humana.
- Grupo de Especialistas: Propôs uma definição base que é frequentemente usada na literatura científica.
- Definição da Comissão: Visa uma definição clara de "sistema de IA" para alocar responsabilidades legais sob o novo framework.
- Artigo 3(1): Um "sistema de inteligência artificial" é um software desenvolvido com técnicas e abordagens especificadas, capaz de gerar saídas, como conteúdo, previsões, recomendações ou decisões, influenciando os ambientes com os quais interage.
 - Outras Definições (Artigo 3): Inclui "fornecedor" e "usuário" de sistemas de IA, "importador" e "distribuidor", "reconhecimento emocional" e "categorização biométrica".
- Anexo 1: Lista de técnicas e abordagens atuais para desenvolver IA, incluindo "machine learning", sistemas "lógicos e baseados em conhecimento" e abordagens "estatísticas".
 - Legislação Futura: Visa cobrir desenvolvimentos tecnológicos atuais e futuros. A Comissão pode complementar a lista do Anexo 1 com novas abordagens emergentes.
- Amplitude da Definição: Abrange sistemas de IA independentes ou como componente de um produto.

Governança e Execução



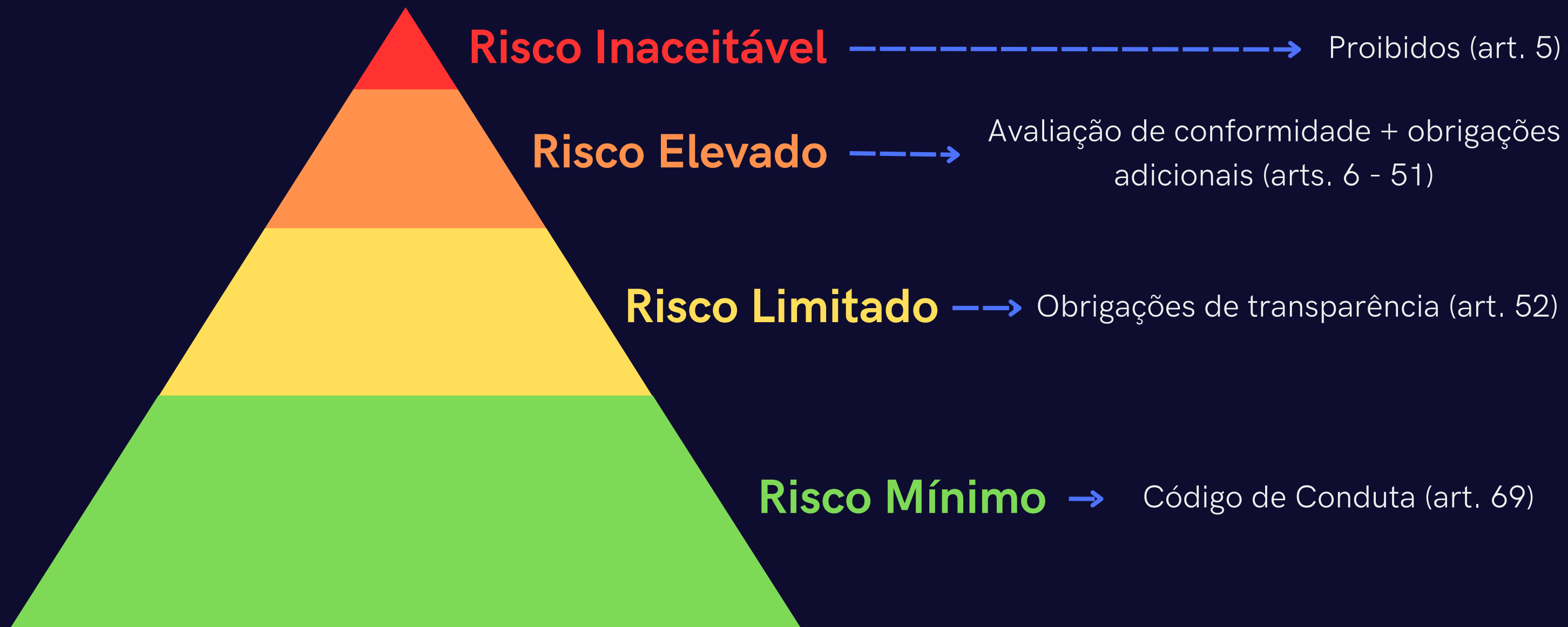
Sanções

- **Multas Administrativas:** Dependendo da gravidade da infração, podem chegar a €30 milhões ou 6% do faturamento anual global.
- **Responsabilidade dos Estados-Membros:** Devem estabelecer regras sobre penalidades, incluindo multas administrativas.
- **Efetividade:** Assegurar que as sanções sejam devidamente e eficazmente aplicadas.

Medidas Para Apoiar Inovação

- **Sandbox Regulatório:** Comissão propõe que os Estados-Membros possam estabelecer um ambiente controlado para o desenvolvimento, teste e validação de sistemas de IA inovadores antes do lançamento no mercado.
- **Uso de Dados Pessoais:** A caixa de areia permitirá que os participantes usem dados pessoais para incentivar a inovação em IA, respeitando os requisitos do GDPR.
- **Foco em Pequenos Fornecedores e Start-ups:** Medidas específicas adaptadas para apoiar provedores de pequena escala e startups.

Classificação de Risco



Risco Inaceitável

O título II (artigo 5.º) da proposta proíbe explicitamente as práticas nocivas de IA que sejam consideradas uma **ameaça clara à segurança, aos meios de subsistência e aos direitos das pessoas**, devido ao "risco inaceitável" que criam. Por conseguinte, seria proibida a colocação no mercado, a prestação de serviços ou a utilização na UE:

- Sistemas de IA que utilizam "técnicas subliminares" manipuladoras prejudiciais;
- Sistemas de IA que exploram grupos vulneráveis específicos (deficiência física ou mental);
- Sistemas de IA utilizados pelas autoridades públicas, ou em seu nome, para fins de pontuação social;
- Sistemas de identificação biométrica remota "em tempo real" em espaços acessíveis ao público para fins de aplicação da lei, exceto num número limitado de casos

Risco Elevado

O título III (artigo 6º) da proposta regula os sistemas de IA de "risco elevado" que têm um **impacto negativo na segurança das pessoas ou nos seus direitos fundamentais**. O texto estabelece uma distinção entre duas categorias de sistemas de IA de alto risco:

- Sistemas utilizados como componente de segurança de um produto ou abrangidos pela legislação de harmonização da saúde e segurança da UE (por exemplo, brinquedos, aviação, automóveis, dispositivos médicos, elevadores).
- Sistemas utilizados em oito áreas específicas identificadas no anexo III, que a Comissão poderá atualizar, se necessário, através de atos delegados (artigo 7.º):
 - Identificação biométrica e categorização de pessoas singulares;
 - Gestão e funcionamento de infra-estruturas críticas; o Educação e formação profissional;
 - Emprego, gestão de trabalhadores e acesso ao trabalho independente;
 - Acesso a serviços privados essenciais e a serviços e benefícios públicos e seu usufruto;
 - Aplicação da lei;
 - Gestão da migração, do asilo e do controlo das fronteiras;
 - Administração da justiça e dos processos democráticos.

Risco Elevado

- **Avaliação de conformidade** ex ante: fornecedores de sistemas de IA de alto risco serão obrigados a registrar os seus sistemas numa **base de dados à escala da UE** gerida pela Comissão antes de os colocarem no mercado ou em serviço.
 - Quaisquer produtos e serviços de IA regidos pela atual legislação em matéria de segurança dos produtos serão abrangidos pelos atuais quadros de conformidade de terceiros que já se aplicam (por exemplo, para os dispositivos médicos). Os fornecedores de sistemas de IA que não sejam atualmente regidos pela legislação da UE terão de realizar a sua própria avaliação de conformidade (**autoavaliação**), demonstrando que cumprem os novos requisitos e que podem utilizar a marcação CE. Apenas os sistemas de IA de alto risco utilizados para a **identificação biométrica** exigiriam uma avaliação da conformidade por um "organismo notificado".
- **Outros requisitos** (arts. 8 a 15): gestão dos riscos; testagens; robustez técnica; formação e governação dos dados; transparência; supervisão humana; cibersegurança

Risco Elevado

SÉRIE DE OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES:

- Os **fornecedores de fora da UE** terão de ter um representante autorizado na UE para (entre outros) assegurar a avaliação da conformidade, estabelecer um sistema de monitorização pós-comercialização e tomar medidas corretivas, se necessário. Os sistemas de IA que estejam em conformidade com as novas normas harmonizadas da UE, atualmente em desenvolvimento, beneficiarão de uma presunção de conformidade com os requisitos do projeto de ato relativo à IA
- **Reconhecimento facial:** novas regras para as tecnologias de reconhecimento facial e a sua diferenciação de acordo com as suas características de utilização de "alto risco" ou "baixo risco"
 - A utilização de sistemas de reconhecimento facial em tempo real em espaços acessíveis ao público para efeitos de aplicação da lei seria **proibida**, a menos que os Estados-Membros decidam autorizá-la por razões importantes de segurança pública e que sejam concedidas as autorizações judiciais ou administrativas adequadas.
 - Poderá ser autorizada uma vasta gama de FRT utilizados para outros fins que não a aplicação da lei (por exemplo, controlo das fronteiras, mercados, transportes públicos e mesmo escolas), sob reserva de uma avaliação da conformidade e do cumprimento de requisitos de segurança antes da entrada no mercado da UE.

Risco Limitado

- **Obrigações de transparência** (art. 52): os sistemas de IA que apresentam "risco limitado", como sistemas que interagem com humanos (ou seja, chatbots), sistemas de reconhecimento de emoções, sistemas de categorização biométrica e sistemas de IA que geram ou manipulam conteúdo de imagem, áudio ou vídeo (ou seja, deepfakes), estariam sujeitos a um conjunto limitado de obrigações de transparência.

Risco Baixo ou Mínimo

- **Sem obrigações**: todos os outros sistemas de IA que apresentem apenas risco baixo ou mínimo poderão ser desenvolvidos e usados na UE sem cumprir **nenhuma obrigação legal adicional**. No entanto, a lei de IA proposta prevê a **criação de códigos de conduta** para incentivar os fornecedores de sistemas de IA que não sejam de alto risco a aplicar voluntariamente os requisitos obrigatórios para sistemas de IA de alto risco.

Trílogo

Propostas em discussão



Proposta do Conselho

PRINCIPAIS MUDANÇAS

- **Restringir a definição** de sistemas de IA a sistemas desenvolvidos por meio de abordagens de aprendizado de máquina e abordagens baseadas em lógica e conhecimento;
- **Estender a atores privados a proibição do uso de IA para pontuação social** e acrescentar casos em que o uso de sistemas de identificação biométrica à distância "em tempo real" em espaços acessíveis ao público poderia ser excepcionalmente permitido;
- Impor **requisitos a sistemas de IA de uso geral** por meio de atos de implementação;
- Acrescentar **novas disposições** para levar em conta situações em que os sistemas de IA podem ser usados para muitas finalidades diferentes;
- **Simplificar a estrutura de conformidade** ("compliance"); e
- Fortalecer o papel do Comitê de IA

Proposta do Parlamento

AMPLIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES NACIONAIS

- O Parlamento planeja fortalecer o poder das autoridades nacionais, permitindo que solicitem acesso tanto a modelos de IA já treinados quanto aos que estão em fase de treinamento, incluindo modelos fundamentais (“foundation models”).

MUDANÇA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Substituição do Comitê para IA pelo Escritório de IA: estabelecimento de um novo órgão da UE para apoiar a aplicação harmonizada do ato de IA, fornecer orientação e coordenar investigações conjuntas transfronteiriças:

Art. 56. 1. É criado o Serviço Europeu para a Inteligência Artificial (adiante designado por «Serviço IA»). O Serviço IA é um organismo independente da União, dotado de personalidade jurídica.

2. O Serviço IA deve ter um secretariado e dispor de financiamento e pessoal adequados para o desempenho das suas funções nos termos do presente regulamento.

2-A. O Serviço IA terá sede em Bruxelas.

Documenting High-Risk AI: A European Regulatory Perspective

I. Hupont, M. Micheli, B. Delipetrev, E. Gómez and
J. S. Garrido

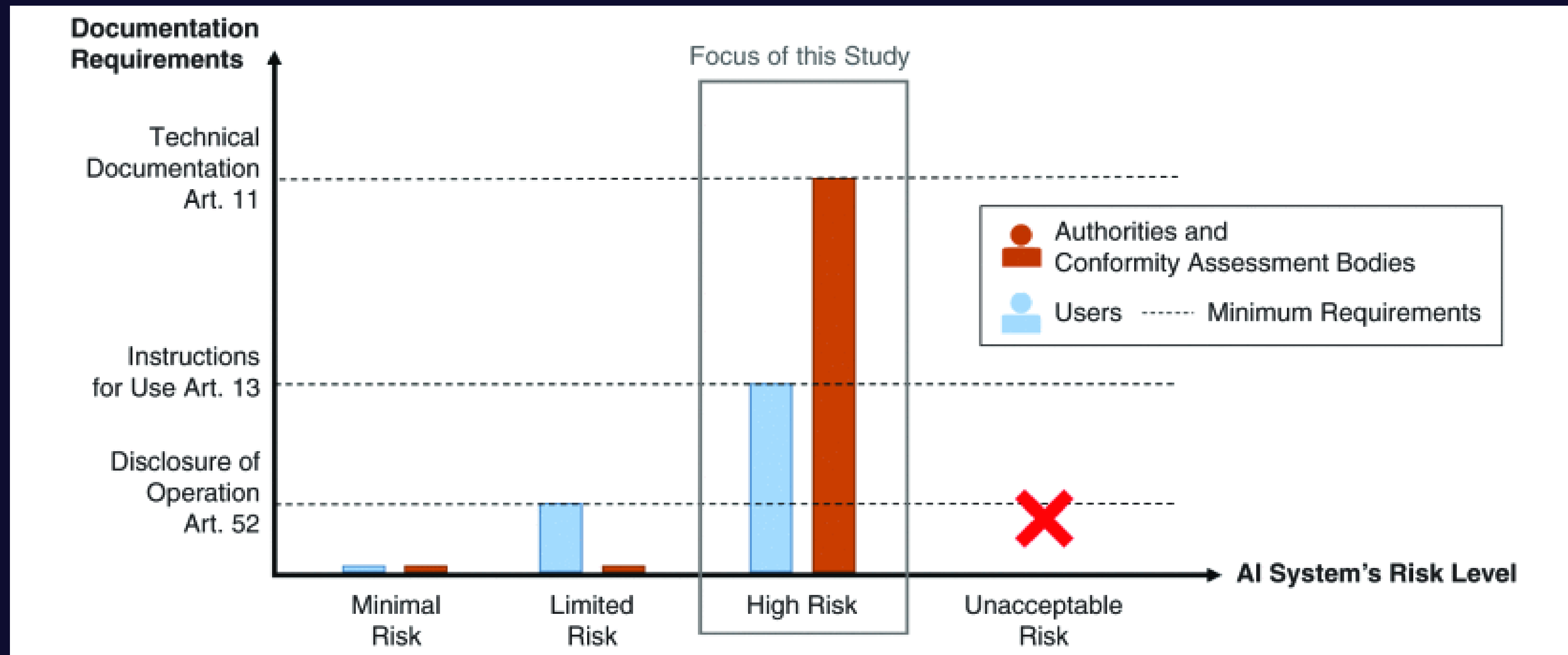
Introdução

- Crescimento rápido da IA com amplas aplicações em diversos setores.
- A UE vê a IA e os dados como centrais para inovação e enfrentamento de desafios sociais.
- AI Act: IA confiável e centrada no humano na UE.

Iniciativas de Transparência

- Transição de práticas voluntárias para requisitos legais rigorosos
- Incidentes notáveis causados por falhas de IA e a necessidade de transparência para mitigar riscos associados
- A reputação e a confiança na IA impactadas por falhas e controvérsias.

Requisitos de Documentação



Requisitos mínimos de documentação, dependendo do nível de risco do sistema de IA (risco mínimo, risco limitado ou alto risco) e do destinatário pretendido (usuários ou autoridades e órgãos de avaliação de conformidade). Neste artigo, abordamos a operacionalização das obrigações de documentação para sistemas de IA de alto risco e ambos os stakeholders.

Requisitos de Documentação

- Discussão sobre as categorias de risco e as obrigações de documentação associadas, especialmente para sistemas de alto risco.
- Identificação e compilação dos principais elementos de informação relevantes baseados no texto legal.
- Seleção e critérios de avaliação de metodologias de documentação existentes.
- Execução de um exercício de avaliação por especialistas para determinar a adequação das abordagens de documentação existentes em relação aos requisitos da Lei da IA.

Discussão

- Avaliação positiva geral das abordagens de documentação existentes, embora com necessidade de mais profundidade em alguns aspectos.
- Sugestões para evolução das abordagens de documentação existentes, possivelmente através da intervenção de organizações de desenvolvimento de padrões.



The Risk-Based Approach of the European Union's Proposed Artificial Intelligence Regulation: Some Comments from a Tort Law Perspective

Johanna Chamberlain

Abordagem de Risco

- **Definição de Risco na UE:** Pyramid of Criticality - risco mínimo, limitado, alto e inaceitável.
 - Risco não é um conceito legal, mas é central para a responsabilidade civil
 - Urgência na definição clara de categorizações para a adaptação empresarial.
- **Risco na Lei de Delitos:** A lei de delitos já possui avaliações de risco estabelecidas que podem ser úteis para entender a regulação proposta da IA.
 - **Lei de Seguros:** Riscos são detalhadamente definidos nos contratos de seguros.
 - **Lei de Delitos:** Avalia riscos de forma mais genérica.
 - **Responsabilidade Baseada em Falhas:** O risco é central para avaliar negligência. Avaliação em duas partes:
 - Avaliação circunstancial em quatro etapas.
 - Balanço dos quatro passos da parte 1.
 - **Responsabilidade Estrita:** Aplica-se a "empresas perigosas". Não exige prova de negligência.
 - **Suposição de Risco:** Limita a compensação por danos com base na aceitação do risco pela parte lesada.
- **Desafios para IA:** Harmonizar avaliações de riscos em IA e lidar com questões de responsabilidade

Reflexões de Responsabilidade Civil

- **Desafios:**
 - Avaliar riscos de forma objetiva e fixa.
 - A natureza subjetiva do risco.
 - Riscos de sistemas de IA são em grande parte desconhecidos hoje.
- A proposta de regulamentação da IA determina que os **sistemas de IA são tão arriscados que seu uso deve ser regulado de antemão.**
- A ideia de "**assunção de risco**" pode ser aplicada aos **sistemas de risco limitado.**
- A abordagem da UE para sistemas de alto risco é **semelhante à justificação para responsabilidade objetiva em direito civil.**
- **Propostas legislativas separadas abordam a questão da responsabilidade** por danos causados por produtos de IA.

Risco e Danos na Resolução do Parlamento Europeu sobre Responsabilidade Civil

- Harmonização das leis de responsabilidade civil entre os Estados Membros.
- Responsabilidade estrita para operadores de sistemas de IA de alto risco.
- Desafios: Diferenças de atitude sobre responsabilidade estrita na UE;
Aplicação de princípios de responsabilidade a sistemas de IA.

Responsabilidade conjunta, seguro e conclusões

- Interação entre sistemas de IA e não-IA: necessidade de compensação justa.
- Importância do seguro para operadores de sistemas de IA.
- Conclusões:
 - Muitos desafios para legisladores, empresas e indivíduos no campo de IA, risco e responsabilidade.
 - O objetivo é entender as dificuldades de regular a IA e o risco sob a perspectiva do direito de responsabilidade civil.
 - Uso de avaliações estabelecidas no direito de responsabilidade civil para enquadrar riscos e responsabilidades da IA.
 - Aproveitar ferramentas legais conhecidas para equilibrar benefícios da IA e garantir compensação por danos.

Regulamento europeu sobre inteligência artificial (EU AI Act): pontos de atenção e semelhanças com a proposta de regulação brasileira

Gustavo Ferrer

O EU AI Act

- Objetivos:
 - Garantir conformidade dos sistemas de IA com leis da UE.
 - Aumentar segurança jurídica e facilitar investimentos.
 - Proteger princípios éticos e direitos fundamentais.
- Classificação de Risco
- Foco em: Transparência, privacidade, tratamento igualitário, prevenção de vieses.
- Sanções: Multas até 30 milhões de euros ou 6% da receita anual.
- Instituições Relacionadas: "Comitê Europeu para a Inteligência Artificial"

Possíveis Reflexos no Brasil

- **Contexto Global:** Outros países esperados para acelerar regulações de IA após legislação europeia.
- **Situação Atual no Brasil:** falta de regulação federal sobre IA; propostas em tramitação.
 - Lei Estadual 17.611/2021 (Ceará): IA segura, ética, em consonância com leis brasileiras - respeito à dignidade humana, proteção de dados pessoais.
 - PLs 5051/19, 21/20, e 872/21: Estabelecem princípios e regras para IA no Brasil.
 - PL 2338/2023: Normas gerais para desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de IA.
 - Objetivo: Proteger direitos e assegurar sistemas de IA seguros e confiáveis.
 - Classificação de sistemas de IA por risco: Avaliação preliminar, sistemas de risco excessivo e alto risco.
 - Autoridade Regulatória: Indicada pelo Poder Executivo, fiscalizará e regulará sistemas de IA.
- **Pontos de semelhaça com o AI Act:**
 - Preocupação com equilíbrio entre inovação e direitos fundamentais, buscando previsibilidade e segurança jurídica
 - Abordagem baseada em risco.
 - Avaliação preliminar.
 - Sistemas de identificação biométrica.
 - Ambientes regulatórios experimentais (sandbox regulatória).

Próximos Passos da Legislação

- PL 2338/2023 em tramitação no Senado Federal desde maio/2023 e sujeito a emendas; CTIA
- Regulamento europeu (EU AI Act) ainda não em vigor
 - Espera-se aprovação até o final de 2023.
- Observação dos impactos das normas na Europa para prever consequências para o Brasil.

The image features a dark blue background with a lighter blue diagonal stripe running from the top-left towards the bottom-right. In the bottom-left corner, there are several parallel diagonal stripes in white and dark blue. The text is centered on the right side of the image.

Paralelos entre o AI Act
e o PL 2338/2023

Tipos de abordagem

1. Principiológica → Br (PL 21/20) e EUA
2. Elenco de medidas → BR (PL 2338/23)
3. Especificação de medidas → AI Act

Governança e Códigos de Conduta

PL 2338/23

Arts. 19-21, 30

AI ACT*

Art. 69

- Possibilidade de elaboração voluntária de um código de boas práticas e governança para todo tipo de IA (art. 30), com incentivo por autoridades competentes (art. 30, § 3º)
- Parâmetros rasos de governança: rol taxativo de diretrizes gerais para agentes de IA (art. 19) e adicionais para agentes de IA (20) e servidores públicos (21) que empregarem sistemas de alto risco;
- Autoridade competente a ser determinada pelo Poder Executivo

- Possibilidade de elaboração voluntária de um código de conduta para IAs que não sejam de risco elevado (art. 69, 1), com incentivo por autoridades competentes (art. 69, 1)
- Parâmetros concretos claros de governança para implementação dos sistemas de IA:
- Criação de um órgão supranacional para apoiar a aplicação harmonizada da Lei, fornecer orientação e coordenar investigações conjuntas: Serviço Europeu para a IA (arts. 56-58)

Categorização de riscos e obrigações

PL 2338/23

Arts. 13 - 26, 31

- Abordagem baseada em risco, com parâmetros e obrigações atrelados a cada categoria
- Exigência de transparência por parte dos fornecedores ou agentes de IA sobre os propósitos e princípios éticos que guiam a implementação e operação de seus sistemas de IA (art. 19, I)
- 3 categorias de risco: risco excessivo (arts. 14-16), alto risco (arts. 17-18, 20-26, 31) e demais IAs (art. 19)
- Elenco de medidas: Falta detalhamento nos critérios (arts. 13-18) e nas obrigações e medidas referentes a cada categoria de risco (arts. 15, 19, 20-26, 31)

AI ACT*

Art. 5-52, 65, 67

- Abordagem baseada em risco, com parâmetros e obrigações atrelados a cada categoria
- Exigência de transparência por parte dos fornecedores ou agentes de IA sobre os propósitos e princípios éticos que guiam a implementação e operação de seus sistemas de IA (art. 52)
- 4 categorias de risco: risco inaceitável (arts. 5, 65, 67), risco elevado (arts. 6-51), risco limitado (art. 52) e risco mínimo.
- Especificação de medidas: aprofundamento dos critérios (arts. 5-7, 65) e das obrigações e medidas referentes a cada categoria de risco, para cada ator envolvido (arts. 8-29, 52, 67)

Avaliação de Impacto Algorítmico

PL 2338/23

Arts. 22 - 26

- Avaliação de impacto algorítmico para sistemas de alto risco (art. 22)
- Critérios detalhados para a elaboração da avaliação (art. 24, § 1º)
- Avaliação por profissionais independentes; atualizações periódicas (art. 22)
- Participação dos segmentos afetados (art. 24, § 1º)
- Publicidade das conclusões (art. 26)

AI ACT*

Art. 29-A

(presente apenas na versão do Parlamento)

- Avaliação de impacto sobre direitos fundamentais em sistemas de risco elevado (art. 29-A)
- Critérios detalhados para a elaboração da avaliação (art. 29-A)
- Não prevê tais aspectos

European commission considers new civil liability rules for the digital age and artificial intelligence

Nikolas Smirra

Desafios na Responsabilidade para Produtos Intangíveis e IA

Desafios na Era Digital e IA

- Dificuldades na aplicação das regras de responsabilidade a produtos intangíveis, como software, e IA autônoma.
- Complexidades na definição de "defeito" e atribuição de culpa em sistemas de IA em constante adaptação.
- Ênfase na questão do ônus da prova.

Desafios no Ônus da Prova e Propostas de Mudanças

- O desafio do ônus da prova na era digital, especialmente em produtos intangíveis.
- Propostas da Comissão Europeia: expansão das regras para produtos intangíveis, simplificação do ônus de prova e harmonização em toda a UE.
- Importância de simplificar o processo de responsabilidade.

Estratégia Abrangente para a Era Digital e Objetivos

- Estratégia mais ampla de integração com a regulamentação da IA para criar um ambiente de confiança.
- Objetivos principais: proteger consumidores, promover conformidade, manter liderança em inovação e adaptar-se à era digital.
- Abordagem abrangente para enfrentar desafios complexos.

Próximos Passos, Cronograma e Impacto

- Próximos passos no processo de adoção das reformas, incluindo avaliações adicionais.
- Cronograma previsto para implementação e adoção das mudanças.
- Potencial impacto das reformas na proteção dos direitos dos consumidores e no ambiente regulatório europeu.

The background of the slide is a solid dark blue. In the bottom-left corner, there are several parallel diagonal stripes in a lighter blue color, creating a geometric pattern.

ChatGPT and the AI Act

Natali Helberger

Desafios da Regulação da IA Generativa

- Ponto-chave: A Lei de Inteligência Artificial (AI Act) e os desafios da IA generativa.
- Problema: Dificuldade de categorizar sistemas de IA generativa devido à falta de um propósito definido.
- Escala de Uso: A ampla adoção da IA generativa amplifica os riscos potenciais.
- Proposta: Considerar a IA generativa como uma categoria de risco geral.
- Abordagem Dinâmica: Monitoramento e mitigação de riscos devem ser mais dinâmicos

Papel das Relações Contratuais e Obrigações de Monitoramento

A importância das relações contratuais e monitoramento

- Responsabilidades: Contratos entre provedores e usuários são cruciais para definir responsabilidades.
- Obrigações de Cooperação: Usuários e provedores dependem da cooperação para cumprir obrigações legais.
- Monitoramento Sistêmico: Proposta de obrigações de monitoramento de riscos sistêmicos.
- Conclusão: Decisões regulatórias têm implicações sociais e econômicas significativas.

Conformity Assessments and Post-market Monitoring: A Guide to the Role of Auditing in the Proposed European AI Regulation.

MOKANDER, Jakob; AXENTE, Maria; CASOLARI, Federico;
FLORIDI, Luciano

Visão Geral do AIA

- Proposta da Comissão Europeia
- Equilíbrio entre inovação responsável e segurança
- Abordagem Baseada em Risco:
- Avaliações de Conformidade
- Monitoramento Pós-Mercado
- Preenchendo uma lacuna crítica
- Desafios e Melhorias:
- Foco em política, não tecnologia
- Importância da normativa na utilização da IA
- Mecanismos de Execução:
- Explicitar um ecossistema de auditoria de IA
- Definir critérios práticos para avaliar sistemas de IA

Lei de Inteligência Artificial: Uma Abordagem Baseada em Risco

A AIA usa uma abordagem baseada em risco, categorizando sistemas de IA em três níveis: "risco inaceitável", "alto risco" e "baixo ou nenhum risco".

Auditoria de IA e Mecanismos de Execução

- Processo estruturado para avaliar conformidade.
 - Avalia comportamento e desempenho em relação a regulamentos.
 - Avaliações de Conformidade: Pré-mercado, alto risco.
 - Monitoramento Pós-Mercado: Acompanha o desempenho contínuo.
-
- Importância:
 - Garantia de conformidade com regulamentações e padrões.
 - Mitigação de riscos de reputação.
 - Decisões informadas para partes interessadas.

A Emergência de um Ecossistema de Auditoria de IA da UE

- Um ecossistema de auditoria de IA é essencial para garantir a conformidade com os requisitos estabelecidos na AIA.
- Dois componentes principais são necessários: uma estrutura institucional clara e ferramentas de auditoria calibradas.
- A AIA delinea os contornos de um ecossistema de auditoria de IA emergente na UE.

A Necessidade de Orientações Adicionais

Para efetivar a regulamentação de IA na UE...

1. Clarificar conceitos abstratos.
2. Refinar o escopo da regulamentação.
3. Melhorar a precisão dos termos usados.
4. Especificar procedimentos de conformidade.
5. Definir claramente os papéis institucionais.
6. Abordar tensões éticas inerentes.
7. Reforçar a verificação e o equilíbrio na aplicação das regulamentações.



Analyzing the European Union AI Act: What Works, What Needs Improvement

Human-Centered Artificial Intelligence

Regulamentação da IA na União Europeia - pequena linha do tempo

Abril de 2021

Proposta de regulamentação pela **Comissão Europeia**

2022

Adoção de uma política de abordagem geral pelo **Conselho da UE**

Junho de 2023

Adoção de uma posição pelo **Parlamento Europeu**

Próximo passo

Negociação entre esses 3 órgãos europeus - tríplice



Pontos de desacordo

IA para o uso de vigilância biométrica em espaços públicos:

- 1 Parlamento introduziu proibições para o uso do **poder de polícia** que, provavelmente, serão contestadas pelos Estados-Membros

Definição de IA de alto risco: Parlamento permite uma definição mais **ampla**, enquanto o Conselho prefere uma definição mais **estrita**

- 3 Governança: discussão sobre questões de implementação e aplicação, bem como sobre níveis de coordenação

O que não há e que deveria ter

Uso do modelo

IAs utilizadas para fins diferentes devem ter **níveis de transparência** e de **avaliação** diferentes, a depender de seu propósito

Outros aspectos da cadeia de suprimentos

Ex: construção de conjunto de dados e métodos de treinamento

Acesso ao modelo

Acesso dos pesquisadores para acessar e avaliar as ferramentas

O que as empresas de tecnologia precisam dos legisladores

Transparência: definição legal

Acesso ao modelo: precisa haver uma definição se o modelo é uma fonte aberta ou não

Avaliações de impacto: precisa haver padrões para fazer esse tipo de avaliação.

Como a legislação da UE impacta nos EUA

Existe uma crescente **disparidade** entre as abordagens norte-americana e europeia.

Mas, a entrada em vigor da regulação da UE vai fazer com que seja **mais difícil** para os EUA de passar as suas próprias leis. Isso porque, as empresas não vão querer duas regras diferentes.



Artificial Intelligence in the European Union: Policy, ethics and regulation

Inga Ulnocane

Debates de regulamentação de IA

- Acontecem desde 2016.
 - Esperanças de benefícios sociais e econômicos, mas também preocupações.
- Começo de 2020 - de acordo com a OECD, pelo menos **50** países já tinham desenvolvido ou estavam desenvolvendo estratégias nacionais para IA.
- Principal preocupação da UE - ficar para trás na discussão com relação aos EUA e à Ásia.
 - Apesar de o foco na competição ajudar a mobilizar recursos, é uma abordagem bastante criticada

Dois conceitos importantes

Poder Normativo da UE

Poder da UE em
difundir normas

Poder de Mercado da UE

A UE é um grande e
único mercado

Definição de IA nas políticas da UE

*"systems that display intelligent
behaviour by analysing their
environment and taking actions to
achieve specific goals"*

Evolução das políticas da UE

**Fevereiro
de 2017**

Resolução
sobre Leis Civis
na Robótica

**Abril de
2018**

Estratégia de IA
para a Europa

**Dezembro
de 2018**

Plano
Coordenado
de IA

**Abril de
2019**

Diretrizes
éticas para IA
confiável

**Fevereiro
de 2020**

Papel Branco
sobre IA

Abril de 2021

Proposta de
regulamentação de
IA pela Comissão
Europeia



Resolução sobre Leis Civis na Robótica

- Resolução que se deu nos primeiros estágios do debate público sobre IA - teor **sensacionalista** e de **ficção científica**;
- **Responsabilidade legal** por danos causados por um robô;
- Recomendação do Parlamento Europeu para a criação de um **status legal** para robôs.
 - Crítica - não faz sentido, legalmente inapropriado e não é pragmático

Estratégia de IA para a UE

- Comissão da UE;
- 3 objetivos:
 - Impulsionar a **capacidade tecnológica e industrial** da UE;
 - Preparação para **mudanças sociais e econômica**;
 - Foco na questão de trabalho;
 - Garantir **estrutura legal e ética**.
 - Baseada nos valores europeus.
- Enfatização da importância dos Estados membros de juntar forças

Plano Coordenado de IA

- Definição de uma série de **resoluções conjuntas** entre os países membros;
- Previsão do plano - **2027**;
- Países foram encorajados a criar estratégias de IA;
- "***Ethics by design***" - incorporação de princípios éticos desde o desenvolvimento de uma IA

Diretrizes éticas para uma IA confiável

- Elaboração pelo High-Level Expert Group (**HLEG**);
- Feito de forma **participativa** - diversas organizações e pessoas participaram;
- Objetivo: **maximizar benefícios** e **mitigar riscos**;
- Diretrizes baseadas em valores europeus;
- Documento visa a criação de um **mercado único** europeu nessa questão de IA.
 - Forte relação entre o **Poder Normativo** e o **Poder de Mercado** - diretrizes éticas, baseadas nos valores europeus, podem ser implementadas quando criado um mercado único com regulação e investimento apropriado.

Diretrizes éticas para uma IA confiável

7 REQUISITOS DE CONFIABILIDADE DA IA

1. Agenciamento humano e supervisão;
2. Robustez técnica e segura;
3. Privacidade e governança de dados;
4. Diversidade;
5. Não discriminação e justiça;
6. Bem estar ambiental e social;
7. Responsabilidade

Diretrizes éticas para uma IA confiável

PRINCIPAIS CRÍTICAS

- Influência dos **interesses industriais** - retira do documento princípios que seria "não negociáveis".
- ***Ethics washing*** - empresas cultivam o debate de ética para ganhar tempo, de forma a prevenir que uma regulamentação e política efetivas surjam.
- As diretrizes estariam servindo **interesses negociais de curto prazo**, e não de fato promovendo valores ou necessidades de longo prazo de um mercado único.

Papel Branco sobre IA

- Definição de uma série de opções de investimento e regulamentação;
 - Presença de elementos de Poder de Mercado da UE.
- Lançamento de uma **consulta pública**;
- Abordagem baseada em **risco**;
- Definição de critérios para definir se uma IA é ou não de alto risco:
 - Verificar se é um setor no qual se pode esperar um risco significativo;
 - Se trata-se de um risco significativo.



Exporting standards: The externalization on the EU's regulatory power via markets

Anu Bradord

Efeito Bruxelas

- UE tem um poder global que ela exerce por meio de suas instituições e seus padrões legais.
 - Mercado consegue converter o padrão europeu em um padrão global;
 - **Globalização regulatória unilateral** → só um estado é capaz de externalizar suas leis e regulações para além de suas fronteiras, por meio de mecanismos de mercado, resultando em uma globalização de um padrão.
 - **Não** é uma imposição.
 - Presunção de que os benefícios de adotar um padrão global é maior do que o de adotar diversos padrões.

Condições para a globalização regulatória unilateral

1. Poder de Mercado

Quanto maior for o mercado do país importador, em comparação com o exportador, maior a chance do Efeito Bruxelas acontecer.

2. Capacidade regulatória

Necessidade ter essa capacidade para traduzir seu poder de mercado em **influências regulatórias tangíveis**

3. Preferência por regras estritas

Mais propenso a acontecer em países com **altos níveis de riqueza**.

Essa preferência na UE se deve à sua **aversão ao risco** e o seu comprometimento à uma **economia social de mercado**

4. Alvos inflexíveis

Quando o estado regula alvos que são inflexíveis, inelásticos, os mercados têm uma habilidade limitada para punir o Estado por qualquer excesso regulatório

5. Não divisibilidade dos padrões

Padrões globais só surgem quando as corporações voluntariamente optam por cumprir um único padrão determinada pela regulamentação mais rigorosa

Motivações da UE para suprir padrões globais

- Motivações internas - necessidade de preservar o mercado único sem diminuir a competitividade das companhias europeias.
- Isso não impede de a globalização regulatória unilateral ser feita de forma voluntária - Estados, voluntariamente, podem pegar as regulamentações da UE emprestadas, bem como a UE ativamente exporta seus padrões em acordos bilaterais.

Motivações para adotar padrões globais

- Se uma empresa ajusta suas práticas para o padrão mais exigente, ela com certeza vai se enquadrar nas outras regulamentações.
- Dificuldade de contrabalancear a UE.

Agradecemos!